



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

**MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**EDITAL: Nº 052/2015**  
**DATA DA PROVA: 21/02/2016**

**CARGO:**  
**AUDITOR TRIBUTÁRIO**  
**(NÍVEL SUPERIOR)**

**Conhecimentos Específicos:** Questões 01 a 40.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.

**Identificação do candidato**

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES 01 A 40 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

01. Acerca das limitações ao poder de tributar, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, permitindo-se distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida.
  - b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir taxas sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
  - c) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
  - d) Os tributos federais podem ser utilizados com efeito de confisco.
- 

02. Em relação à instituição da contribuição social de intervenção no domínio econômico, assinale a alternativa correta:

- a) É competência exclusiva dos Municípios.
  - b) É competência exclusiva da União.
  - c) É competência concorrente entre Estados e Municípios.
  - d) Compete exclusivamente aos Estados.
- 

03. Em relação ao impedimento constitucional da cobrança de impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros Entes da Federação, previsto expressamente no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal brasileira vigente, assinale a alternativa correta.

- a) É extensivo às empresas públicas e sociedades de economia mista.
  - b) É extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, mesmo que não vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - c) É extensivo às autarquias e às fundações Privadas.
  - d) É extensivo às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- 

04. Acerca das imunidades constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

b) É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios cobrar apenas impostos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, não se aplicando tal regra aos demais tributos.

c) É vedado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir tributos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

d) É vedada à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

---

05. Acerca da competência Municipal prevista na Constituição Federal brasileira vigente, assinale a alternativa correta.

a) Compete ao Município instituir tributo sobre serviços de qualquer natureza, compreendidos os relativos à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

b) Compete ao Município instituir imposto sobre a transmissão causa mortis e doação.

c) Compete ao Município instituir contribuição ou taxa sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso.

d) Compete ao Município instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.

---

06. Em relação à obrigação tributária, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5172/1966).

a) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

b) A obrigação principal surge apenas com lançamento.

c) A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto exclusivamente prestações positivas.

d) A obrigação acessória independe de legislação, sendo uma exceção ao princípio da legalidade tributária.

---

07. De acordo com a lei 677/2007, a definição legal abaixo transcrita diz respeito a qual espécie de tributo?

**“(…) tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”**

a) Imposto.

b) Taxa.

c) Contribuição.

d) Contribuição de melhoria.

08. De acordo com a lei 677/2007, assinale a alternativa que indica o tributo que NÃO integra o sistema tributário de Maringá-PR:

- a) Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos.
  - b) Contribuição de Melhoria.
  - c) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
  - d) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.
- 

09. Dentre as hipóteses abaixo indicadas, assinale aquela que NÃO é considerada hipótese de extinção do crédito Tributário de acordo com o Código Tributário Nacional.

- a) Pagamento.
  - b) Isenção.
  - c) Remissão.
  - d) Decisão judicial passada em julgado.
- 

10. De acordo com o Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5172/1966), a anistia é uma hipótese de:

- a) Imunidade Tributária.
  - b) Isenção Tributária.
  - c) Suspensão do Crédito Tributário.
  - d) Exclusão do crédito Tributário.
- 

11. Em relação ao crédito Tributário, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5172/1966):

- a) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.
  - b) A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em dez anos, contados da data da sua constituição definitiva.
  - c) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria.
  - d) A autoridade administrativa pode, independentemente de lei, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- 

12. Em relação à legislação tributária, prevista no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) Os tratados internacionais não são considerados legislação para efeitos tributários e, portanto, não revogam ou modificam a legislação tributária interna.
- b) As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas podem ser usadas para instituir ou extinguir tributos.

- c) O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
  - d) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- 

13. Em relação à aplicação da legislação tributária a ato ou fato pretérito, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Tributário Nacional.

- a) A lei tributária nunca se aplicará a fato pretérito.
  - b) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito para aplicação de penalidade por infração aos dispositivos interpretados.
  - c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito quando tratar-se de ato não definitivamente julgado, quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
  - d) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito em todos os casos, mesmo que não seja expressamente interpretativa.
- 

14. De acordo com a Constituição Federal vigente, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir \_\_\_\_\_, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública:

- Assinale a alternativa que completa a lacuna acima.
- a) Imposto.
  - b) Contribuição.
  - c) Empréstimo compulsório.
  - d) Taxa.
- 

15. De acordo com a Constituição Federal vigente, assinale a alternativa na qual NÃO incide o tributo sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis, quando a transmissão for:

- a) Por ato oneroso.
  - b) Por natureza.
  - c) Por meio de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
  - d) De bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo se a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.
- 

16. Assinale a alternativa correta:

- a) Os convênios que, entre si, celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos.
- b) Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas podem estabelecer instituição de tributos, ou a sua extinção.
- c) Constitui majoração de tributo a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

d) O conteúdo e o alcance dos decretos podem ultrapassar aos das leis em função das quais sejam expedidos.

---

17. Dentre as hipóteses de tributos previstos na lei Municipal 677/2007, assinale aquela que pode ser cobrada como taxa pelo Município de Maringá-PR:

- a) Decorrentes do exercício do poder de polícia pelo Município.
  - b) Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
  - c) Custeio do Serviço de Iluminação Pública.
  - d) Sobre a Propriedade Predial e Territorial Agrícola ou Rural.
- 

18. De acordo com os princípios gerais do Direito Tributário, assinale a alternativa correta:

- a) As taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
  - b) Os municípios poderão instituir contribuição de melhoria em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
  - c) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
  - d) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados faixas de renda, sem levar em conta a capacidade econômica do contribuinte.
- 

19. De acordo com o Código Tributário Nacional, suspende a exigibilidade do Crédito Tributário:

- a) Transação.
  - b) O depósito em seu montante integral.
  - c) Remissão.
  - d) A conversão do depósito em renda.
- 

20. Em relação à obrigação tributária, assinale a alternativa correta quanto à solidariedade.

- a) São solidariamente responsáveis as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- c) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, mesmo se outorgada pessoalmente a um deles.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, a interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados favorece ou prejudica apenas aquele a quem se opõe à interrupção da prescrição, não se estendendo aos demais.

21. Os contribuintes que exerçam quaisquer das atividades constantes da lista de serviços previstos como fatos geradores do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS) estão sujeitos à inscrição no Cadastro Mobiliário da Secretária Municipal de Fazenda. À luz da Lei Complementar 677/2007 (Código Tributário Municipal de Maringá) é correto afirmar:

- a) Prestadores de serviços descritos como fato gerador do ISS não necessitam realizar o cadastro mobiliário se isentos ou imunes ao pagamento do imposto.
  - b) Quando ocorrer o encerramento ou paralisação das atividades, o contribuinte deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, formalizar a ocorrência do fato à repartição fazendária, mediante a entrega da documentação fiscal.
  - c) O cancelamento do cadastro mobiliário “ex officio”, pelo Fisco Municipal, nos casos de cessação da atividade no endereço indicado no cadastro mobiliário prescinde de procedimento administrativo prévio.
  - d) A inscrição no cadastro mobiliário gerará um número cadastral básico que identificará o contribuinte e que deverá constar, obrigatoriamente, em seus documentos fiscais.
- 

22. De acordo com a Lei Complementar Municipal 677/2007 (Código Tributário Municipal de Maringá), a respeito do lançamento e arrecadação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS) é correto afirmar que:

- a) Para efeito de apuração e pagamento do ISS, o mês de competência para apuração da base de cálculo será, em regra, o mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, ressalvadas as disposições especiais constantes em regulamento ou ato específico.
  - b) O contribuinte que exercer atividade tributável pelo preço do serviço, ainda que submetido ao regime de pagamento do imposto por estimativa, deverá escriturar mensalmente todas as operações realizadas.
  - c) Consideram-se contribuintes distintos, para efeito do lançamento e cobrança do imposto, os que, embora pertencentes à mesma pessoa jurídica, funcionem em imóveis contíguos, ainda que possuam comunicação interna.
  - d) Considera-se como um único contribuinte, para efeito do lançamento e cobrança do imposto, os que, embora pertencentes a pessoas jurídicas distintas, estejam no mesmo local e exerçam idêntico ramo de atividade.
- 

23. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 735/2008, trata-se de hipótese de isenção do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS), EXCETO:

a) Realização de serviços de demolições de construção civil em alvenaria, cuja área total seja igual ou inferior a 200m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados) e as demolições em madeira independentemente da área.

b) Realização de espetáculos circenses nacionais e teatrais.

c) Prestação de serviços de saúde, assistência médica e congêneres ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Fundo Municipal de Saúde de Maringá.

d) Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil quando contratados com empresas prestadoras de serviços estabelecidas no Município de Maringá, para execução de obras nos polos industriais criados pelo ente municipal e regulados por lei específica.

---

24. A Declaração Mensal de Serviços Eletrônica (DMS-e), prevista no art. 79, II, da Lei Complementar Municipal 677/2007 (Código Tributário Municipal de Maringá) consiste na escrituração mensal, via processamento eletrônico de dados online em ambiente web (internet), de todos os documentos fiscais emitidos e recebidos relativos aos serviços prestados, tomados ou intermediados de terceiros. A respeito das disposições da Lei Complementar Municipal 677/2007 e a regulamentação do Decreto 1426/2012, é correto afirmar que:

a) Os prestadores ou tomadores de serviços que, durante o mês de competência, não prestarem ou contratarem serviços, estarão desobrigados à emissão da DMS-e para o período.

b) Devem ser escriturados, na DMS-e, documentos fiscais correspondentes a prestações de serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias – ICMS.

c) Os prestadores de serviços, emitentes da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), ficam dispensados de informar na DMS-e as notas emitidas.

d) No caso de emissão de notas fiscais conjugadas, autorizadas pelo município, mas que não incluam prestação de serviços, estas não deverão ser escrituradas pelo emitente na DMS-e.

---

25. Os prestadores de serviços deverão emitir notas fiscais de serviço, nos termos da regulamentação prevista no Código Tributário Municipal (LC 677/2007), Lei 8748/2010 e decretos regulamentares, dentre eles o Decreto 1848/2014. Em relação ao tema, julgue, com base no tratamento jurídico dispensado pela legislação municipal, a Verdade (V) ou Falsidade (F) dos itens abaixo e assinale a alternativa que apresente a sequência correta de julgamentos:

I) As instituições bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da emissão de notas fiscais de serviços, devendo escriturar em meio eletrônico o seu Plano de Contas próprio, vinculando as suas contas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

II) A nota fiscal a ser emitida pelo prestador de serviços de construção civil deverá indicar, como preço do serviço, o valor por ele cobrado, excluindo os montantes das subempreitadas e do material fornecido.

III) A partir de 01º (primeiro) de janeiro de 2016 (dois mil e dezesseis) se tornará obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para todas as pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Maringá, prestadoras de serviços sujeitos a incidência do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), tornando-se lícita a utilização das Notas Fiscais de Prestação de Serviços convencionais (em papel) até 31 (trinta e um) de dezembro de 2015 (dois mil e quinze).

a) V, V, V.

b) V, F, V.

c) V, F, F.

d) F, V, F.

---

26. A Fazenda Pública poderá exigir que o contribuinte, inscrito no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda, exiba documentos de natureza contábil ou fiscal. Nos termos do Código Tributário Municipal (LC 677/2007), será conferido ao contribuinte o prazo de:

a) No máximo, 7 (sete) dias, após ciência na notificação, para a exibição de documentos fiscais e contábeis.

b) No mínimo, 7 (sete) dias, e no máximo 14 (quatorze) dias, após ciência na notificação, para a exibição de documentos fiscais e contábeis.

c) No mínimo, 15 (quinze) dias, após ciência na notificação, para a exibição de documentos fiscais e contábeis.

d) No máximo, 30 (trinta) dias, após ciência na notificação, para a exibição de documentos fiscais e contábeis.

---

27. Sujeito passivo consiste no devedor que possui a obrigação jurídica de prestar, ao credor, o objeto da obrigação. Em relação ao tratamento jurídico dispensado pelo Código Tributário Municipal (LC 677/2007) ao tema da sujeição passiva, assinale a alternativa correta:

a) O condomínio edilício, por não lhe ser atribuída personalidade jurídica pela lei civil, não é considerado contribuinte do ISS (Imposto Sobre Serviço), ainda que preste a terceiros os serviços constantes da referida lista de serviços.

b) Um partido político, imune ao pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviço), caso tome serviço de vigilância, segurança ou monitoramento de bens de pessoas jurídicas estabelecidas em outros municípios, será responsável tributário pela retenção e recolhimento do imposto.

c) A Caixa Econômica Federal, por ser empresa pública federal, não é considerada responsável tributária pelo ISS (Imposto Sobre Serviço) relativo à comissão paga aos agentes lotéricos.

d) A responsabilidade pela retenção e recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviço) se aplica ainda quando os serviços forem prestados por profissional autônomo, por sociedades de profissionais ou por outros contribuintes, devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes, que tenham o valor do imposto lançado na forma fixa.

---

28. O Código Tributário Municipal (LC 677/2007), em seu artigo 85, impõe a solidariedade no pagamento do tributo na ocorrência de algumas hipóteses. Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da responsabilidade solidária pelo pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços):

a) Os tomadores de serviços serão solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto se aceitarem, como comprovante do serviço prestado, documento outro que não a nota fiscal de prestação de serviços ou outro documento devidamente autorizado pela autoridade fazendária.

b) Os tomadores de serviços serão solidariamente responsáveis se utilizarem quaisquer dos serviços constantes da lista de serviço praticados por pessoa física, sem lhe exigir prova da respectiva inscrição no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal da Fazenda, ainda que esta goze de imunidade ou isenção comprovadas.

c) Os tomadores de serviços serão solidariamente responsáveis se permitirem, em seus estabelecimentos, a exploração de atividade tributável sem estar o prestador de serviço inscrito no órgão fiscal competente do Município.

d) A responsabilização do tomador do serviço pelo pagamento do imposto devido pelo contribuinte, nas hipóteses descritas no dispositivo legal, elide a responsabilidade deste.

---

29. O Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) descreve o lançamento tributário como sendo o “procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o

sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível”. Segundo a disciplina da lei em referência, é correto afirmar que:

a) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

b) Não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios.

c) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo não poderá, em qualquer hipótese, ser alterado, de ofício, pela autoridade administrativa.

d) O lançamento por arbitramento consiste na modalidade em que o contribuinte declara, apura e recolhe o imposto devido, para ulterior homologação pelo fisco.

---

30. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário afasta a situação de inadimplência, ficando sobrestado o dever de cumprimento da obrigação tributária. São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66):

a) Moratória; parcelamento; transação; e dação em pagamento de bens imóveis.

b) Remissão; moratória; parcelamento e depósito do montante integral do débito.

c) Moratória; depósito do montante integral do débito; parcelamento e concessão de medida liminar em mandado de segurança.

d) Remissão; compensação; moratória e depósito do montante integral do débito.

---

31. É direito do contribuinte a restituição do pagamento indevido, seja qual for a modalidade de seu pagamento. A respeito do tratamento jurídico dispensado ao tema pelo Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) e Código Tributário Municipal de Maringá (LC nº 677/2007), julgue os itens e assinale a alternativa correta:

I) A restituição, quando deferida, será na mesma proporção da quantia paga, sem a incidência de juros e correção monetária, conforme determina a LC 677/2007.

II) Nos casos de tributos sujeitos ao lançamento por homologação, o prazo para pleitear a restituição inicia-se da data da homologação, expressa ou tácita, e não da data do recolhimento indevido. Não havendo homologação expressa, o prazo para a repetição de indébito acaba sendo de dez anos, a contar do fato gerador.

III) Caso a restituição seja indeferida no âmbito administrativo, o contribuinte terá o prazo de 05 (cinco) anos para manejar judicialmente a ação anulatória contra a decisão administrativa que indeferiu a restituição.

IV- A LC 677/2007 prevê que, nos casos de pagamento indevido do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o contribuinte possa compensar esse valor com o recolhimento de importância correspondente a períodos subsequentes.

- a) Apenas I e IV estão corretas.
- b) Apenas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas III e IV estão corretas.
- d) Apenas IV está correta.

---

32. A respeito das infrações à legislação tributária, segundo as disposições do Código Tributário do Município de Maringá (LC677/2007), julgue a Verdade (V) ou Falsidade (F) dos itens abaixo e assinale a alternativa que apresente a sequência correta.

I) Caso ocorra a repetição de falta idêntica pelo mesmo contribuinte ou responsável anteriormente responsabilizado em virtude de decisão administrativa transitada em julgado nos últimos 5 (cinco) anos, ser-lhe-á aplicada multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência.

II) É direito do contribuinte ser comunicado do lançamento exclusivamente pela via direta, ou seja, mediante notificação pessoal ou remessa postal, sendo nula a comunicação via publicação em edital ou imprensa local.

III) A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente ou por meio de via postal não implica em dilação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação, para reclamação ou para a interposição de recursos administrativos.

- a) V, F, V.
- b) F, F, V.
- c) V, F, F.
- d) F, F, F.

---

33. A pessoa jurídica *Serviços Limitada* possuía indícios de omissão de receita, por prestar serviços sem a emissão da correspondente nota fiscal. Auditor Fiscal Municipal comparece à sede da empresa e, ao dar início aos trabalhos de fiscalização, procedeu à abertura do Procedimento Fiscal, lavrando o termo de início e notificando o contribuinte em livro fiscal da empresa, na presença do seu representante legal, devidamente identificado. Houve apreensão de diversos livros e documentos para apuração de infrações. Ato contínuo, o representante legal

da empresa solicitou ao contador responsável que emitisse as guias para pagamento dos tributos que haviam sido sonegados, a fim de evitar que houvesse a lavratura do respectivo auto de infração. Nesta hipótese, segundo o Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007), é correto afirmar que:

a) O procedimento de fiscalização é nulo, pois, no caso de fiscalização do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, nos termos do artigo 210 da LC 677/2007, o início do procedimento fiscal terá por base, necessariamente, a notificação pessoal do lançamento, e não o termo de início registrado em livro fiscal da empresa.

b) O procedimento de fiscalização é válido, pois foi corretamente lavrado o termo de início de fiscalização; todavia, não poderá ser lavrado auto de infração, uma vez que o contribuinte saneou a omissão em tempo hábil.

c) O procedimento de fiscalização é anulável, podendo ser lavrado o respectivo auto de infração, desde que corrigido o erro referente à notificação do contribuinte, que deverá se dar, obrigatoriamente, em documento escrito e apartado.

d) O procedimento de fiscalização é válido, podendo ser lavrado o respectivo auto de infração, pois não mais poderá o contribuinte sanear as omissões de receita uma vez que houve o correto início do procedimento de fiscalização, com a notificação do contribuinte em livro fiscal na presença dos respectivos interessados.

---

34. Após a conclusão dos procedimentos fiscais pelo órgão fazendário, em face de pessoa jurídica, constitui-se o crédito tributário, mediante lavratura do respectivo auto de infração; para tanto, há necessidade de se seguir as regras do procedimento de fiscalização. A respeito das disposições do Código Tributário Nacional (Lei. 5.172/66) e Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007) sobre o processo de fiscalização e auto de infração, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras, mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros.

b) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se referam.

c) Verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária que não importe em evasão fiscal, não será lavrado auto de infração, mas apenas comunicado o contribuinte a sanear-lo, sob pena de imposição de multa por descumprimento de obrigação acessória, conforme Código Tributário do Município de Maringá.

d) A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto de infração e não implicará confissão, nem a sua falta ou recusa implicará nulidade do auto ou agravamento da infração, conforme Código Tributário do Município de Maringá.

---

35. Nos termos do Código Tributário Nacional, a Fazenda Pública ou seus servidores são proibidos de divulgar informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Assinale a alternativa que NÃO represente um caso de exceção ao dever de sigilo:

a) Requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça.

b) Solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, previamente à instauração de processo administrativo no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

c) Divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

d) Divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

---

36. Os contribuintes poderão se valer do instituto da denúncia espontânea, com a finalidade de reduzirem ou extinguirem a imposição da multa fiscal. A respeito da disciplina de denúncia espontânea no Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007), julgue a Verdade (V) ou Falsidade dos itens e assinale a alternativa que apresente a sequência correta:

I) Ocorre a denúncia espontânea quando o contribuinte, tão logo seja formalmente notificado da abertura do processo de fiscalização, realize a confissão e recolhimento do tributo devido.

II) O benefício relativo à denúncia espontânea não alcança a multa fiscal moratória para quem optar pelo parcelamento do imposto devido.

III) Nas hipóteses consideradas como omissão de operações tributáveis, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo, monetariamente atualizado e acrescido da multa e dos juros de mora devidos.

a) F, F, V.

b) V, V, V.

c) F, V, V.

d) V, V, F.

---

37. Assinale a alternativa que complete adequadamente a sentença abaixo, nos termos das disposições do art. 221 do Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007):

“O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, \_\_\_\_\_ prévio depósito, dentro do prazo de \_\_\_\_\_ dias, contados da notificação do lançamento, da intimação do auto de infração ou do termo de apreensão, mediante defesa \_\_\_\_\_, alegando, de uma só vez, toda matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas”

a) mediante; 15 (quinze); oral.

b) independentemente de; 15 (quinze); escrita.

c) mediante; 30 (trinta); escrita ou oral.

d) independentemente de; 30 (trinta); escrita.

---

38. Assinale a alternativa correta a respeito do processo administrativo fiscal, nos termos das disposições do Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007)

a) A interposição de recurso administrativo depende, necessariamente, de depósito caução, corresponde a 30% (trinta por cento) do valor total do débito, sendo este considerado o tributo devido acrescido da multa correspondente.

b) Das decisões administrativas de primeira instância cabe recurso ao Prefeito Municipal; o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, o encaminhará à autoridade superior.

c) Serão objeto de reexame necessário, com remessa compulsória dos autos ao órgão competente para o julgamento dos recursos de segunda instância, após transcorrido o prazo para recurso do sujeito passivo, as decisões de primeira instância que o exonerem do pagamento de tributos ou de multas, de valor originário superior a 20 (vinte) salários mínimos.

d) Na hipótese de impugnação ao auto de infração, quando denegatória a decisão administrativa de primeira instância, se o autuado efetuar o pagamento das importâncias devidas dentro do prazo para interposição de recurso, terá o valor das multas, exceto a moratória, reduzido em 50% (cinquenta por cento) e o procedimento tributário será arquivado.

39. Nos termos do Código Tributário Municipal de Maringá (LC 677/2007), na hipótese da impugnação e do recurso serem julgados procedentes ou parcialmente procedentes, com subsistência parcial do débito, optando o contribuinte pelo pagamento à vista do valor dos tributos, será aplicado desconto de:

- a) 5% (cinco por cento), se o requerimento houver sido protocolado até a data de vencimento da quota única mencionada no carnê de ISSQN Fixo, e se o pagamento for efetuado até a data especificada na guia de recolhimento.
- b) 5% (cinco por cento), se o requerimento houver sido protocolado após a data de vencimento da quota única mencionada no carnê de ISSQN Fixo, e se o pagamento for efetuado até a data especificada na guia de recolhimento.
- c) 15% (quinze por cento), se o requerimento houver sido protocolado até a data de vencimento da quota única mencionada no carnê de ISSQN Fixo, e se o pagamento for efetuado até a data especificada na guia de recolhimento.
- d) 10% (dez por cento), se o requerimento houver sido protocolado após a data de vencimento da quota única mencionada no carnê de ISSQN Fixo, e se o pagamento for efetuado até a data especificada na guia de recolhimento.

40. O Código Tributário do Município de Maringá (LC 677/2007) prevê a responsabilização funcional do agente fiscal que deixar de lavrar e encaminhar o auto de infração correspondente quando tiver conhecimento da infração à legislação tributária no exercício de suas funções, sendo igualmente prevista penalidade para o funcionário que, em situação análoga, deixar de lavrar a representação. Sobre as disposições contidas nos artigos 246 a 249 da referida lei, é INCORRETO afirmar:

- a) A responsabilidade, na situação descrita, é pessoal e independente do cargo ou função exercida, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais cabíveis à espécie.
- b) Na hipótese de o valor da multa e dos tributos deixados de arrecadar por culpa do funcionário ser superior a 10% (dez por cento) do percebido mensalmente por ele, a título de remuneração, o Secretário Municipal da Fazenda poderá autorizar a busca e apreensão de bens pessoais suficientes à garantia do crédito fazendário.
- c) Não será de responsabilizado o funcionário quando não apurar infração em face das limitações das tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo seu chefe imediato.
- d) Não será responsabilizado o funcionário quando se verificar que a infração consta de livro ou documentos fiscais a ele não exibidos e, por isto, já tenha lavrado auto de infração por embaraço à fiscalização.

## GABARITO

**PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40					